

## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

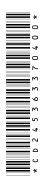
Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Múcio, para prestar esclarecimentos a respeito da compra de uma mina de urânio localizada na Amazônia por uma empresa chinesa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da recente aquisição da Mineração Taboca, controladora da mina de Pitinga, pela estatal chinesa China Nonferrous Metal Mining Group (CNMC):

- 1. Quais medidas foram ou estão sendo tomadas pelo Ministério da Defesa para avaliar os impactos dessa aquisição sobre a soberania nacional e a segurança de nossos recursos estratégicos?
- 2. Há informações de que a mina de Pitinga contém reservas de urânio e outros minerais estratégicos. Qual é o planejamento do governo federal para assegurar o controle nacional sobre esses recursos sensíveis?
- 3. O Ministério da Defesa foi previamente consultado sobre essa transação? Em caso positivo, quais pareceres foram emitidos e quais foram as recomendações feitas?
- 4. Existem diretrizes ou políticas específicas para evitar que empresas estatais estrangeiras adquiram direitos sobre áreas que possuam minerais estratégicos em território nacional, especialmente na Amazônia?
- 5. Como o Ministério avalia o risco geopolítico relacionado ao aumento da presença de empresas estatais estrangeiras na Amazônia?







## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

6. Há monitoramento por parte do governo federal para garantir que as atividades exploratórias na mina de Pitinga estejam de acordo com a legislação vigente e que não envolvam exploração indevida de recursos nucleares, como o urânio?

## **JUSTIFICATIVA**

Recentemente foi amplamente noticiado que uma empresa chinesa adquiriu uma mina de urânio localizada na região amazônica, em um negócio que envolveu o valor de cerca de R\$ 2 bilhões¹. A aquisição da Mineração Taboca pela estatal chinesa CNMC representa um marco significativo, não apenas no âmbito econômico, mas também em termos de soberania nacional e segurança de nossos recursos estratégicos. A mina de Pitinga, localizada no Amazonas, é conhecida por conter reservas de minerais de extrema importância, como estanho, nióbio, tântalo e urânio.

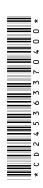
A Constituição Federal estabelece o monopólio da União sobre a exploração de minerais nucleares, como o urânio, e impõe ao governo o dever de proteger os recursos estratégicos nacionais. No entanto, a transferência de uma empresa com direitos sobre áreas que contêm tais recursos para o controle de uma estatal estrangeira levanta preocupações legítimas sobre os possíveis riscos à soberania e à segurança nacional.

A Amazônia, além de sua importância ambiental, possui relevância estratégica no cenário geopolítico. É fundamental que o Ministério da Defesa esclareça como está lidando com as implicações dessa transação e se existem mecanismos suficientes para impedir que interesses externos comprometam o controle brasileiro sobre essa região e seus recursos.

Dessa forma, este requerimento busca garantir transparência e fornecer à sociedade e ao Parlamento as informações necessárias para avaliar a condução das

https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/china-compra-por-r-2-bilhoes-maior-reserva-de-uranio-do-brasil-no-amazonas.ghtml; https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/11/28/reserva-rica-em-uranio-localizada-no-amazonas-e-vendida-a-china.ghtml





https://revistaoeste.com/economia/china-compra-mina-com-uranio-na-amazonia-por-quase-r-2-bi/;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

políticas públicas relacionadas à proteção dos nossos recursos estratégicos e à defesa da soberania nacional.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2024.

**Deputado Federal Marcos Pollon** 

**PL-MS** 



